



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I DO EDITAL

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação de serviços continuados de locação de nobreak de grande porte, com capacidade mínima de 20kVA (sistema de potência ininterrupta, on-line), bem como a respectiva instalação do equipamento, os serviços de manutenção preventiva e corretiva, visando o fornecimento de energia ininterrupta, principalmente para a solução de backup instalada no rack-cofre.
2. Aplicam-se à prestação dos serviços a serem contratados as condições indicadas neste Termo de Referência, sendo estas complementadas, de forma subsidiária, pelas demais normas aplicadas ao objeto da contratação, em especial a norma ABNT NBR-15014.

CAPÍTULO II – DA MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1. Em 2016 o TRE-MS realizou contratação de serviços continuados de locação de dois nobreaks (sistema de potência ininterrupta, on-line) de grande porte, bem como a instalação dos referidos equipamentos no prédio-sede do TRE/MS e Fórum Eleitoral, contrato nº 66/2016, para atender ao DATACENTER que ali se encontrava à época e a Central de Atendimento ao Eleitor. Em 2018, o TRE-MS comprou o DATACENTER Contêiner, mas o nobreak continuou sendo necessário para manter o rack-cofre e rack de equipamentos de redes e telefonia que continuam suportados pelo nobreak. Foram feitas as renovações do contrato conforme permite a Lei 8.666 e após os 60 meses é necessário fazer nova contratação. Em função do novo cenário virtualizado de atendimento ao eleitor, entendemos ser desnecessária a continuidade do fornecimento de energia continuada para os equipamentos da Central de Atendimento.
2. A função básica de um nobreak é a de fornecer energia ininterrupta aos equipamentos conectados a ele, mesmo na ausência total de energia proveniente da rede elétrica. O nobreak também atua na diminuição dos riscos associados às descargas elétricas ou nos distúrbios da rede elétrica.
3. O Rack-cofre comportará num futuro próximo todos os equipamentos de backup que serão retirados do DATACENTER Contêiner, como prevê as melhores práticas de mercado, tornando-se um ambiente de alta criticidade. A alta disponibilidade requerida para os equipamentos desse ambiente é primordial para a salvaguarda dos serviços de tecnologia da informação da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

CAPÍTULO III - DOS MATERIAIS, ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADES E PREÇOS MÁXIMOS

1. A descrição sucinta dos serviços a serem prestados, especificações e respectivas quantidades e preços máximos estão indicados abaixo.

Item 1 - LOCAÇÃO DE NOBREAK COM CAPACIDADE DE 20KVA

1. Os equipamentos deverão atender às seguintes especificações:
 - 1.1. NOBREAK 20 KVA (prédio-sede do TRE/MS):
 - 1.1.1. Nobreak novo, de primeiro uso, de no mínimo 20KVA;
 - 1.1.2. Tensão de Entrada: Trifásica 220V (F+F+F+N+T);
 - 1.1.3. Tensão de Saída: Trifásica 220V (F+F) / 127V (F+N);
 - 1.1.4. Tecnologia: Nobreak On-Line, Dupla Conversão;
 - 1.1.5. Não serão aceitos transformadores externos, devido ao espaço exíguo no local de instalação;
 - 1.1.6. Frequência de saída: 60Hz;
 - 1.1.7. Fator de Crista: maior ou igual a 3:1;
 - 1.1.8. Fator de Potência de Entrada: maior ou igual a 0.92;
 - 1.1.9. Fator de Potência de Saída: maior ou igual a 0.8;
 - 1.1.10. Possuir bypass manual e automático, sem interrupção da carga;
 - 1.1.11. Autonomia: no mínimo 60 (sessenta) minutos em carga plena;
 - 1.1.12. Manutenções preventivas com periodicidade recomendadas pelo fabricante do nobreak e manutenções corretivas, quando se fizerem necessárias;
 - 1.1.13. O nobreak deverá ser compatível com grupos geradores;
 - 1.1.14. Deverá possuir porta RJ-45 para monitoramento SNMP do nobreak, através da rede;
 - 1.1.15. Acordo de nível de serviço de 5 horas (prazo máximo para solução de defeitos constatados pela fiscalização);
 - 1.1.16. O nobreak deverá possuir baterias do tipo estacionárias, seladas, livres de manutenção;
 - 1.1.17. Fornecimento de todos os insumos necessários para o perfeito funcionamento do equipamento, incluindo gabinetes para acomodação de baterias;
 - 1.1.18. Local reservado para a instalação do nobreak dentro do DATACENTER:
 - 1.1.18.1. Dimensões: Altura: 2,12m / Largura: 1,53m / Profundidade: 1,23m.
 - 1.1.18.2. Existem algumas portas até o local de instalação. As medidas menores, que interferirão no acesso são as seguintes: Altura: 2,10m / Largura: 89cm.
 - 1.1.19. Local reservado para a instalação das baterias:
 - 1.1.19.1. Dimensões: Altura: 2,17m / Largura: 78cm / Profundidade: 1,32m.
 - 1.1.19.2. Existem algumas portas até o local de instalação. As medidas menores que interferirão no acesso são as seguintes: Altura: 2,10m / Largura: 67cm;
 - 1.1.20. O nobreak deverá operar em ambiente com temperaturas de 20°C a 40°C;
 - 1.1.21. Modelos de referência:

CM Comandos Lineares - Sentry Master MPS Trifásico
Schneider Electric - Top dsp
SMS - Sinus Triphase
Socomec Masters BC

QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL (12 MESES)	INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES - SOBRE O VALOR TOTAL ANUAL
01	R\$ 1.613,00	R\$ 19.356,00	R\$ 1,00

1.1. Em caso de divergência entre a descrição de material e/ou serviço indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. A empresa também deverá possuir em seu quadro de pessoal técnico capacitado, com formação em curso NR 10 – Instalações e Serviços em Eletricidade.

2.1. A comprovação da exigência da cláusula 2 acima se dará junto à fiscalização da contratação, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo Contratual, através da comprovação da vinculação do profissional junto à empresa e do respectivo certificado de formação em curso técnico.

CAPÍTULO IV – DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA

1. Será imprescindível o fornecimento de equipamento novo e de primeiro uso.

2. Os serviços de manutenção preventiva, necessários ao correto funcionamento do sistema, deverão ser executados estritamente em conformidade com as formas e periodicidades recomendadas pelo fabricante do equipamento, e deverão ser prestados pela contratada nos horários e datas a serem previamente agendados junto à fiscalização do contrato;

3. Havendo necessidade de manutenção corretiva, os serviços deverão ser prestados nos períodos de segunda a sábado, das 8h às 19h, de acordo com o Acordo de Nível de Serviço.

3.1. Nos dias em que houver Eleição (um domingo no 1º turno e um domingo no 2º turno, caso haja); bem como, no último dia do fechamento do cadastro eleitoral, das 7h às 20h, a CONTRATADA deverá fornecer 1 (um) nobreak reserva no TRE-MS, juntamente com técnico capacitado para realizar a troca em caso de problemas com o equipamento em funcionamento. Totalizando, dessa forma, até 3 (três) dias de serviço em regime de plantão no local. Despesas de transporte e alimentação do técnico ficarão à cargo da CONTRATADA. O último dia do fechamento do cadastro eleitoral ocorre em dia útil (considerando dias úteis, de segunda a sexta).

4. Será de responsabilidade da CONTRATADA a substituição ou recuperação das partes, peças e componentes avariados.

5. O fornecimento das baterias também ficará a cargo da contratada, que deverá substituir os insumos de forma a garantir a autonomia, de pelo menos, uma hora em carga máxima no equipamento.

5.1. O transporte e a destinação final das baterias serão de total responsabilidade da contratada, que deverá cumprir todas obrigações legais pertinentes, principalmente no que tange à legislação ambiental vigente e ao estabelecido na Resolução CONAMA no 257, IN IBAMA 08/2012 e

6. Esgotadas todas as possibilidades de manutenção corretiva nos locais definidos, o equipamento ou o componente avariado deverá ser substituído por equipamento “backup” idêntico (mesma marca e modelo) ao retirado, ou por similar que possua, no mínimo, as mesmas características e funcionalidades existentes no equipamento removido. O equipamento sobressalente deverá estar em perfeito estado de funcionamento.

6.1. Não será necessária a substituição do equipamento por backup de primeiro uso.

6.2. No caso de remoção do equipamento do local de atendimento, todas as despesas (transporte, embalagens, etc.) correrão por conta da contratada.

6.3. O equipamento originalmente retirado (o que fora adquirido pela contratada quando do início da execução dos serviços de locação), deverá ser devidamente reestabelecido, após o reparo efetuado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

6.4. No caso de impossibilidade da restituição do equipamento original, a contratada deverá fornecer equipamento novo com características similares ao originalmente retirado.

7. A contratada deverá deixar o equipamento operacional, em qualquer hipótese, **no prazo máximo de 5 (cinco horas)**, contados desde a abertura do chamado.

8. Os prazos para as soluções dos defeitos constatados pela fiscalização no decorrer da vigência contratual constam do **Acordo de Nível de Serviços**.

9. A contratada deverá disponibilizar número (0800 ou ligação local) e/ou sistema web para abertura de chamados e registro de ocorrências por parte da fiscalização.

CAPÍTULO V – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1. Será exigida, como critério de habilitação no certame licitatório:

1.1) CERTIDÃO DE REGISTRO ou INSCRIÇÃO DA EMPRESA (Pessoa Jurídica) na entidade profissional competente, com circunscrição na sede da empresa, devidamente válida ;

1.2) CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO (emitido por entidade profissional competente) ou ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL de execução de serviço similar, ambos em nome da empresa licitante, emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, de serviços similares ao que se pretende contratar.

1.2.1) Entenda-se por serviço similar a execução de contrato de **locação** de nobreak, inclusa a **manutenção preventiva e corretiva**, em equipamentos com capacidade de, no mínimo, **10 KVA**.

1.2.2) Para fins de comprovação/verificação do serviço realizado e habilitação da empresa, poderá o pregoeiro requestar a apresentação de documentação complementar relativa ao atestado de capacidade técnica apresentado (ex: contrato de prestação de serviço entre a licitante e o emissor do atestado, etc), a ser enviada, mediante convocação de anexo do sistema, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CAPÍTULO VI – DA VISITA TÉCNICA

1. Considerando que a visita e a vistoria são faculdades da empresa interessada, não será fornecido pelo TRE/MS comprovante de sua realização.

1.1. A participação na licitação a ser realizada para a contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência implica na aceitação das condições aqui fixadas e na admissão pela empresa proponente de que os elementos fornecidos pelo TRE/MS foram suficientes para o correto dimensionamento dos serviços a serem prestados, bem como para o levantamento dos materiais e equipamentos necessários para a prestação dos serviços.

1.2. Recomenda-se, **com veemência**, que seja realizada a visita técnica, a qual poderá ser agendada junto à STI, por meio do telefone (67) 2107-7000 ou (67) 2107-7200 (das 12h às 18h), com os servidores Gustavo Pinho ou Alexandre Arashiro.

CAPÍTULO VII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DAS SOLUÇÕES

1. Os serviços da solução deverão ser prestados no prédio-sede do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, sito à Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 – Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, no horário de 08h às 19h, de segunda à sexta-feira.

1.1. Nos termos do inciso III, art. 3º do **Decreto nº 7.174/2010**, quando cabível, para os produtos importados será exigido, no momento da entrega, a comprovação de origem dos mesmos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa.

2. O PRAZO MÁXIMO é de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, contados da solicitação da fiscalização;

3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com os prazos de entrega estabelecidos, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

3.1. A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

3.2. Fica a licitante vencedora obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo no 1º dia útil seguinte ao seu envio.

4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo, e caso não cumpra o prazo inicial, a empresa contratada ficará sujeita às penalidades previstas neste termo de referência.

6. O recebimento provisório e definitivo da solução ficarão a cargo da equipe de apoio à contratação, conforme descrito a seguir.

7. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega dos serviços, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) quantidade entregue

b) apresentação do documento fiscal, com identificação da empresa contratada e

do contratante (TRE/MS), descrição, quantidade, preços unitário e total.

8. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

9. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

a) correspondência de nome dos serviços com os indicados na nota de empenho ou proposta da prestadora de serviços

b) compatibilidade com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa contratada

c) realização de testes, quando previstos no Termo de Referência ou caso a unidade recebedora entenda necessário

d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do contratante (TRE/MS), descrição do serviço entregue, quantidade, preços unitário e total.

10. Verificada alguma falha no fornecimento e/ou prestação dos serviços, será feito o registro formal e informado à empresa contratada, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

10.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 3 a 5 deste Capítulo.

11. Competirá à empresa contratada arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

12. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor/prestador de serviço.

12.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pela empresa, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda do material, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

CAPÍTULO VIII - DA FISCALIZAÇÃO

1. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativas à prestação dos serviços ficarão a cargo da equipe de apoio à contratação.

2. O contato entre o Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

3. Caberão à fiscalização as seguintes funções:

a) acompanhar e fiscalizar o fornecimento da solução pela empresa contratada

b) verificar eventuais falhas, erros ou não cumprimento de exigências estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência, e contrato, solicitando, se couber, a imediata correção por parte da contratada

c) exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral/MS, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada

d) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento no fornecimento/prestação dos serviços e/ou

aplicação de penalidades previstas

e) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento

f) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO IX - NOTA FISCAL/FATURA E DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

2. Os impostos a serem retidos deverão ser especificados no corpo da Nota Fiscal, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 1.234, de 11/01/2012, alterada pela IN da SRF n.º 1.244/12.

CAPÍTULO X – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.

2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o atesto dos serviços e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.

3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \quad I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO XI - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções administrativas estão disciplinadas na minuta do contrato (Anexo II).

CAPÍTULO XII. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO TRE-MS

1. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas.

2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

3. Notificar, através da fiscalização e por escrito (por meio de carta, e-mail, ofício, e/ou ordem de serviço), à contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, indicando o prazo para sua correção.
4. Proporcionar todas as condições para que a contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas estabelecidas;
5. Avaliar e verificar a correção do dimensionamento da produtividade pactuada, e a qualidade na execução dos serviços, bem como atestar a conformidade dos materiais utilizados na execução dos trabalhos.

CAPÍTULO XIII. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA PRESTADORA DO SERVIÇO

1. Cumprir fielmente o estipulado neste Termo de Referência, no Edital, na proposta de preços, no Termo Contratual e na Nota de Empenho.
2. Garantir que todos os equipamentos empregados sejam de primeira qualidade, conduzindo para um ótimo acabamento e aparência, sendo as tolerâncias, ajustes, métodos de fabricação compatíveis com as técnicas de engenharia aplicáveis a cada caso, devendo atender a topologia proposta.
3. Fornecer todos acessórios, dispositivos, manuais técnicos e informações necessárias ao bom funcionamento e uso dos equipamentos.
4. Executar os serviços de instalação e manutenção dos equipamentos de forma rápida, eficaz e eficiente, vedado o acréscimo de quaisquer despesas adicionais a serem suportadas pelo TRE/MS.
5. Realizar todos os serviços necessários à prestação das garantias legais e contratuais, por meio de profissionais especializados, devidamente credenciados, uniformizados e portando crachás de identificação, em completas condições de higiene e segurança, comprovando a qualificação técnica dos funcionários à fiscalização.
6. Alocar os insumos necessários para a execução dos serviços.
7. Indicar preposto designado a representá-la durante a prestação dos serviços de instalação/manutenção.
8. Submeter à contratante, por escrito, solicitação de retirada de quaisquer equipamentos pertencentes ao patrimônio do TRE/MS de suas dependências, bem como proceder à sua devolução, em prazo previamente fixado pela Administração.
9. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários.
10. Manter o profissional designado no local onde serão executados os serviços de instalação, de acordo com os dispositivos constantes no presente Termo de Referência, cabendo ao mesmo orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens ao contingente alocado e resolver quaisquer questões pertinentes à execução dos serviços de instalação e para a correção de situações adversas.
11. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, à suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de erro ou falha de execução, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido da contratante.
12. Substituir, sempre que exigido pela fiscalização, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios.

13. Manter os seus empregados, quando em serviço nas dependências da contratante, usando uniforme e portando crachá de identificação.
14. Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados ao TRE/MS ou a terceiros, por seus profissionais ou empregados atuantes nas dependências do Tribunal, desde que comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70, da Lei no 8.666/93.
15. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para a contratante, devendo, para tanto, programar a sua execução em conjunto com a fiscalização.
16. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho de cada etapa dos serviços.
17. Retirar, sob orientação do gestor do contrato, todos os materiais substituídos durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito a ser indicado.
18. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas de seus funcionários, além de eventuais seguros, indenizações, taxas e tributos pertinentes.
19. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do TRE –MS.
20. Proceder à limpeza dos locais de trabalho, após a execução de serviços.
21. Dar ciência à fiscalização, imediatamente e por escrito, acerca de qualquer anormalidade que seja verificada no decorrer da execução dos serviços.
22. Sujeitar-se à fiscalização do TRE-MS, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados, atendendo prontamente quando requisitado.
23. Diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade as autoridades, servidores, colaboradores e usuários do TRE-MS, podendo a Administração exigir a retirada daqueles cuja conduta seja comprovadamente julgada inconveniente.
24. Informar à fiscalização, para efeito de controle de acesso às suas dependências, os nomes e respectivos números da carteira de identidade e de matrícula de todos os empregados a serem alocados na prestação dos serviços, inclusive daqueles designados pela contratada para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocados na dependência do TRE/MS.
25. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre acidentes de trabalho, especialmente quando forem vítimas os seus funcionários e demais prestadores no desempenho de serviço ou trabalhos conexos que sejam relacionados a presente contratação.
26. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei no 8.666/1993, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à contratada;
27. A ausência ou omissão da fiscalização do Tribunal Regional Eleitoral-MS – TRE-MS não eximirá a contratada das responsabilidades previstas no Edital, Termo de Referência e Termo Contratual.
28. Cumprir, além das normas de segurança constantes no presente instrumento, todas as demais disposições legais, de todas as esferas de governo, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços.

29. Fornecer ao TRE/MS, conforme o caso e mediante solicitação expressa da fiscalização, relatórios dos serviços executados.
30. Arcar com o transporte e deslocamento de todo o equipamento, material e pessoal necessário ao fornecimento e à execução dos serviços.
31. Descartar os materiais que foram substituídos e considerados inservíveis à Administração, e depositar, em área previamente definida, os reaproveitáveis, sem quaisquer ônus para a contratante.
32. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
33. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).
34. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS.
35. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
- 35.1 O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso).
36. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.
37. Efetuar a liquidação antecipada de despesas de natureza continuada no mês de dezembro e que tenham vencimento no mês de janeiro do exercício posterior, a fim de evitar a inscrição de despesas em restos a pagar, conforme recomendação da AJDG no Parecer 1263 (0947977) e Decisão (0948049).

CAPÍTULO XIV. DA VIGÊNCIA

1. A vigência será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, podendo a duração estender-se pelo prazo de até **48 (quarenta e oito) meses** após o início da vigência do contrato, nos termos do Inciso IV do Art. 57 da Lei 8.666/93.

1.1. Na renovação do contrato, caso haja, os nobreaks e todos os insumos necessários ao seu perfeito funcionamento serão os previamente contratados.

CAPÍTULO XV. DEMAIS INFORMAÇÕES ACERCA DA CONTRATAÇÃO EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO N.º 182/2013 – CNJ (ART. 18, § 3º, INCISO II)

O presente Termo de Referência tem por objetivo a contratação de serviços continuados de locação de nobreaks (sistema de potência ininterrupta, on-line) de grande porte para o prédio sede do TRE-MS, com instalação e serviços de manutenção preventiva e corretiva.

A) MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Fornecer energia ininterrupta para o Rack-cofre que comportará os equipamentos de backup que serão retirados do DATACENTER Contêiner, como prevê as melhores práticas de mercado, tornando-se um ambiente de alta criticidade. A alta disponibilidade requerida para os equipamentos desse ambiente é

primordial para a salvaguarda dos serviços de tecnologia da informação da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

B e C) OBJETIVOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS:

Prover o insumo principal dos equipamentos presentes no Rack-cofre e Rack de redes e telefonia, que nada mais é do que a *energia elétrica de qualidade*, e com isso, *garantir maior disponibilidade aos equipamentos para realização dos backups necessários*.

D) ALINHAMENTO DA SOLUÇÃO:

A Solução adotada deve estar com os objetivos estratégicos constantes dos Planejamentos Estratégicos da Instituição (PEI).

O planejamento que abrange de 2015 até 2021, foi instituído pela Resolução TRE-MS nº 548/2015.

Dentre os objetivos estratégicos de planejamento, identificamos que a Solução escolhida atende aos objetivos relacionados abaixo:

Objetivo 08 – PEI - Melhoria da infraestrutura e governança de TIC

E) Os estudos preliminares que nortearam a presente contratação encontram-se no Processo SEI nº 0001756-29.2021.6.12.8000.

F) RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A SER CONTRATADA:

Demanda: Proteção e fornecimento de energia ininterrupta aos equipamentos presentes no prédio sede do TRE-MS.

Solução: Locação de nobreaks de grande porte (com manutenção preventiva e corretiva inclusas, bem como baterias e demais insumos necessários ao seu perfeito funcionamento).

G) SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO:

Conforme estudo apresentado em 2016 no Projeto Básico (0036996), quando da contratação da solução à época, esta equipe de planejamento entende que ainda se mantém os custos de uma aquisição. Principalmente, porque de 2016 até hoje o dólar teve um aumento expressivo. Sendo assim, não se aplica uma análise e comparação com outras soluções. Desta forma, será feita apenas a comparação da solução atual com a solução pretendida.

H) O objeto enquadra-se como contratação de locação de equipamentos energéticos.

I) A adjudicação se dará para um único contratado, haja vista a inviabilidade do parcelamento do objeto.

J) Licitação - Pregão Eletrônico – Menor Preço, tendo em vista se tratar de objeto comum, ou seja, possui características comuns e usuais encontrados no mercado, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos.

K) Os serviços serão realizados dentro do perímetro do prédio sede do TRE-MS, não causando impacto ambiental.

L) Conformidades técnicas estão descritas nas especificações do objeto (Capítulo III

deste Termo de Referência). Não há conformidade legal a ser exigida nesta contratação.

M) As obrigações contratuais, os papéis a serem desempenhados por cada envolvido na contratação e a dinâmica do fornecimento constam deste Termo de Referência e da minuta do contrato a ser lavrada oportunamente pela Seção de Contratos. Da transferência de conhecimento e dependência técnica: A empresa contratada irá fornecer apenas equipamentos comuns de mercado, não se tratando de solução customizada apenas para o TRE-MS. Assim, não será criado nenhum tipo de dependência tecnológica entre o TRE-MS e a contratada..

Nesta contratação serão adotados os modelos (templates) já utilizados por este Tribunal, no presente caso citamos a minuta do contrato, minuta do modelo de identificação complementar do licitante. A descrição dos direitos de propriedade intelectual e autorais dos produtos gerados não se aplicam neste caso, uma vez que este certame não visa desenvolvimento de software, mas somente a aquisição de solução.



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO LEITE PINHO, Técnico Judiciário**, em 28/06/2021, às 09:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JULIA DE ARRUDA MESTIERI, Analista Judiciário**, em 28/06/2021, às 18:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FABIANA SALIBA PEREIRA RAMALHO, Analista Judiciário**, em 29/06/2021, às 10:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1048693** e o código CRC **29DA8F14**.